



**XV Congresso Nacional de Pesquisa em
Educação - COPED 2024**

EDUCAÇÃO em (re)construção:
desafios para a **DEMOCRACIA** e a
FORMAÇÃO de **PROFESSORES(AS)**

DATA DO EVENTO: 12 A 14 DE JUNHO DE 2024



ANALFABETISMO NA VELHICE: DESAFIOS E IMPACTOS EDUCACIONAIS

Sthefany Kristiny Ferreira dos Santos
Universidade Estadual de Montes Claros
sthefanyfds031000@gmail.com

João Vitor Rodrigues Oliveira
Universidade Estadual de Montes Claros
joaooliver48@gmail.com

Maria Graciele da Silva Soares
Universidade Estadual de Montes Claros
gracielemss2@gmail.com

Rahyan de Carvalho Alves
Universidade Estadual de Montes Claros
rahyan.alves@unimontes.br

Eixo: 3.Educação e Diversidade

Palavras- chave: Analfabetismo; Velhice; Educação.

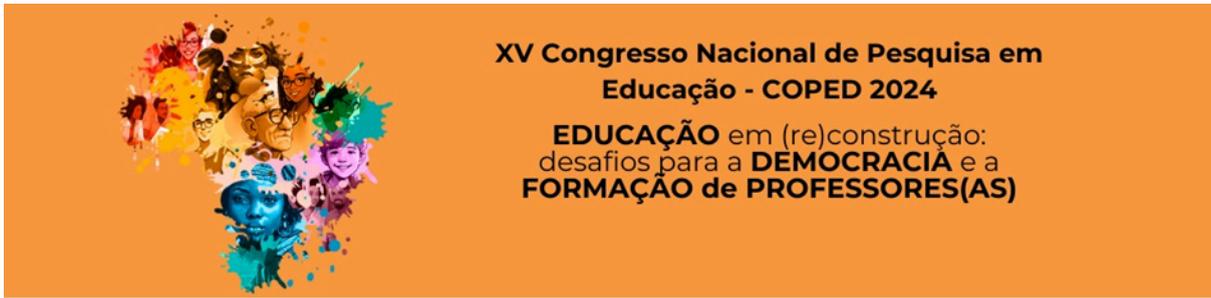
Resumo

O analfabetismo na velhice é um problema sociopolítico grave, muitas vezes resultante da falta de acesso à educação durante a juventude devido a desafios socioeconômicos, territoriais e de gênero. Com o avanço da idade, pode ocorrer dificuldades adicionais como limitações físicas, cognitivas, neurológicas e intelectuais. Isso pode promover impasses no dia a dia e isolamento social, impactando negativamente na participação comunitária. No entanto, políticas educacionais específicas para idosos analfabetos ainda são escassas e precisam ser priorizadas para promover a inclusão e a qualidade de vida dessa parcela da população.

Justificativa e problema da pesquisa

A pesquisa sobre o analfabetismo na velhice é crucial, pois cerca de 16% dos idosos, independente de grupo de idade ou cor no Brasil, não possuem habilidades de leitura e escrita de acordo com dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022. O problema central desta pesquisa é destacar as causas do analfabetismo entre os idosos, bem como as dificuldades enfrentadas diante de tal processo e as possibilidades para minimizar os mesmos.

Objetivos da pesquisa



DATA DO EVENTO: 12 A 14 DE JUNHO DE 2024



A pesquisa tem como objetivo destacar as causas e dificuldades do analfabetismo dos idosos e compreender a importância de desenvolver estratégias para abordar e mitigar esse problema.

Referencial teórico que fundamenta a pesquisa

A pesquisa utiliza-se dos estudos dos autores, a saber: Freire (2005), Abreu (2005), Gadotti (2007) e Beauvoir (1990), bem como dados do IBGE (2023).

Procedimentos metodológicos

A pesquisa é de natureza qualitativa assentada por revisões bibliográficas e dados governamentais.

Análise dos dados e resultados finais da pesquisa

Conforme os dados divulgados pelo IBGE em 2022, a taxa de analfabetismo teve uma queda em relação aos anos anteriores, 2016 e 2019, caindo de 6,1% para 5,6%, apresentando uma melhora nos números gerais. A mudança mais significativa em relação aos números por etnia, tendo “pretos e pardos com 60 anos ou mais” que caiu de 27,2% para 23,3% e que, apesar da redução, ainda é o grupo com mais analfabetos no Brasil e mostra uma grande disparidade de alfabetização por etnia nessa faixa etária quando comparado a categoria “Branco com 60 anos ou mais” que é de 9,3%. Outro destaque dos dados sobre etnia pela disparidade é o de porcentagem de alunos que deixaram os estudos sem concluir o ensino superior, enquanto o de pretos e pardos apresenta uma taxa de 70,9%, já entre os brancos é de 57,3%. Referente a idade avançada e dificuldades territoriais, dos 9,6 milhões de analfabetos, 54,1% destes são pertencentes ao grupo etário de “60 anos ou mais” e 59,4% residem no Nordeste. Dentre as causas mais comuns do analfabetismo de idoso destacamos a desigualdade social, o acesso à educação das pessoas residentes em área rural e inserção imediata no mercado de trabalho para suprir as necessidades familiares.

Relação do objeto de estudo com a pesquisa em Educação e eixo temático do COPED

O presente trabalho destaca a relação entre o objeto de estudo, o "analfabetismo na velhice" e a pesquisa em Educação. Pesquisas sobre esse tema podem contribuir para o desenvolvimento de estratégias e políticas educacionais mais eficazes para adultos de faixa etária acima de 60 anos, tal como obrigatoriedade de inserção de projetos e ou programas de ensino e extensão nas Universidades públicas brasileiras para apoiarem escolas de educação básica ou criarem cursos para o público alvo desta investigação. Além disso, vale destacar a urgência da aplicação de políticas, por exemplo, de criação e/ou fortalecimento de Educação de Jovens e Adultos nos municípios e cotas para vagas ociosas nos cursos superiores no país destinados a idosos - tal como os projetos de lei que tramitam no senado, a saber 254/2016 e a 4.662/2019.

Considerações finais



XV Congresso Nacional de Pesquisa em Educação - COPED 2024

EDUCAÇÃO em (re)construção:
desafios para a **DEMOCRACIA** e a
FORMAÇÃO de **PROFESSORES(AS)**

DATA DO EVENTO: 12 A 14 DE JUNHO DE 2024



Percebe-se a discrepância do grupo étnico (pretos e pardos) e da região (nordeste) com mais idosos analfabetos, o que nos chama atenção para a necessidade de política pública com ênfase para tal grupo e recorte territorial. Além disso, é notório a necessidade de desenvolver políticas educacionais direcionadas a essa faixa etária para oportunizar aprendizagem adaptadas às necessidades e interesses dos sujeitos, buscando atender suas aspirações e respeitar seus direitos.

Referências

ABREU, A. S. N. **Educação de jovens e adultos e a construção da cidadania**. São Paulo: Editora Articulação, 2005.

BEAUVOIR, S. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 15ª. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2005.

FPA, Fundação Perseu Abramo. **Idosos no Brasil II. Vivências, desafios e expectativas na 3º idade**. 2020. <Disponível em:<https://fpabramo.org.br/>>. Acesso em 04 de abr. 2024.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (orgs.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 9ª. ed. São Paulo: Cortez / Instituto Paulo Freire, 2007.

IBGE. (2023). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 03 abr. 2024.